

**Emprego formal na Indústria do RS segue no vermelho**

---

**Relatório do FMI aponta recuperação moderada em meio a risco fiscal**

---

**MP da Liberdade Econômica trará impactos positivos no longo prazo**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Emprego formal na Indústria do RS segue no vermelho

No acumulado em 12 meses até junho de 2019, a Indústria gaúcha perdeu 7,1 mil postos formais de emprego.

O Rio Grande do Sul fechou 3,8 mil postos formais de trabalho em junho de 2019, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) divulgados na quinta-feira (25/07) pelo Ministério da Economia. O resultado foi menos negativo em relação ao mesmo mês do ano passado, tanto na série ajustada com as declarações enviadas fora do prazo (-6,4 mil) quanto na série sem ajustes (-6,5 mil). Os três grandes setores da economia perderam vagas no mês: Agropecuária (-1,2 mil), Indústria (-2,3 mil) e Serviços (-310). Entre os quatro subsetores da Indústria, o pior desempenho ocorreu na Transformação (-2,0 mil), puxado pelos segmentos de Couro e calçados (-661), Tabaco (-570) e Alimentos (-517).

No acumulado de janeiro a junho, o saldo de empregos ficou positivo em 21,5 mil vagas: Agropecuária (-941), Indústria (+17,3 mil) e Serviços (+5,1 mil). O resultado ficou abaixo do verificado no mesmo período de 2018 (+27,0 mil). Historicamente, os meses de maio, junho e julho são de perdas para o emprego gaúcho em função das dispensas dos trabalhadores contratados de janeiro a abril em atividades sazonais, como ocorre, por exemplo, no setor de Tabaco e em alguns ramos do setor de Alimentos.

No acumulado em 12 meses, o Estado gerou 14,9 mil postos de trabalho. Em termos setoriais, o destaque ficou por conta do setor de Serviços (+21,3 mil). A Agropecuária ficou praticamente estável, com a geração de apenas 664 vagas. Na Indústria, o único a perder vagas nessa base de comparação, o saldo negativo foi de 7,1 mil postos. Dos quatro subsetores, apenas a Indústria Extrativa ficou no campo positivo, mas com somente 77 vagas abertas. Na Transformação (-2,3 mil), os destaques negativos vieram de Couro e calçados (-4,5 mil), Móveis (-844) e Tabaco (-795). Já os positivos de Máquinas e equipamentos (+1,8 mil), Alimentos (+1,3 mil) e Veículos automotores (+1,1 mil). Por fim, cabe mencionar o desempenho bastante negativo observado na Construção com a perda de 4,4 mil vagas.

A situação atual do emprego na indústria do RS segue muito delicada e as perspectivas dos empresários gaúchos não sinalizam melhora desse quadro em 2019. De acordo com a Sondagem Industrial/RS, as expectativas de emprego na Indústria apontam para uma queda no número de empregados nos próximos seis meses pelo terceiro mês consecutivo: em julho/19, o índice foi de 49,5 pontos, mesmo patamar observado em junho/19, que ainda indica uma projeção de perda de vagas por estar abaixo dos 50 pontos.

Na Sondagem da Construção/RS, as expectativas também indicam queda no número de empregados no segundo semestre de 2019: o índice caiu de 50,2 para 49,6 pontos de junho/19 para julho/19, ficando abaixo da linha de estabilidade (50 pontos) pela primeira vez desde outubro/18.

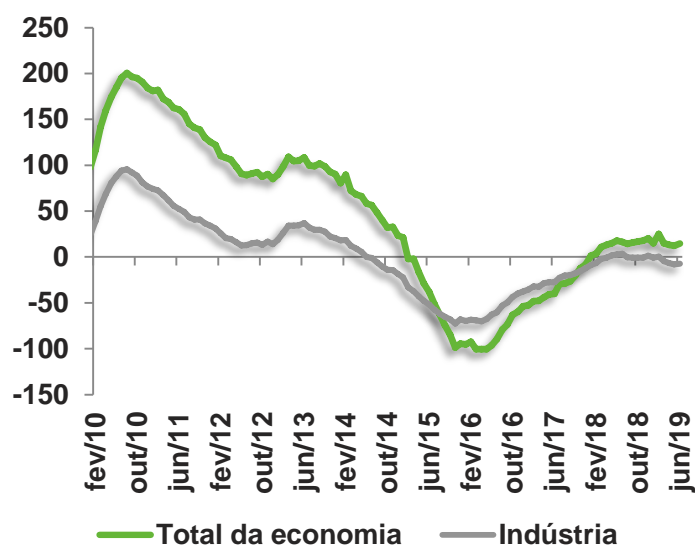
### Geração de empregos formais – RS (Saldo líquido em número de vagas)

	jun/19	Acumu. jan-jun/19*	Acum. 12 meses*
<b>Agropecuária</b>	<b>-1.218</b>	<b>-941</b>	<b>664</b>
<b>Indústria</b>	<b>-2.284</b>	<b>17.340</b>	<b>-7.076</b>
Indústria Extrativa	40	200	77
Indústria de Transformação	-1.991	19.023	-2.301
Alimentos	-517	-955	1.320
Bebidas	14	10	100
Tabaco	-570	9.707	-795
Têxteis	23	232	-149
Vestuário e Acessórios	-174	516	-527
Couro e Calçados	-661	2.779	-4.520
Produtos de Madeira	-58	-7	-282
Celulose e Papel	-6	-158	-463
Impressão e Reprodução	-25	-117	-202
Refino de Petróleo	8	88	78
Químicos	211	506	241
Farmacêuticos	11	72	98
Borracha e Plástico	-64	539	-151
Minerais não Metálicos	-143	239	-194
Metalurgia	-22	364	337
Produtos de Metal	167	1.192	576
Equipos de Inform. e Eletron.	-1	-73	-248
Material Elétrico	-62	110	115
Máquinas e Equipamentos	1	1.812	1.789
Veículos Automotores	75	1.176	1.131
Outros Equipos de Transporte	73	-10	-50
Móveis	-134	234	-844
Produtos Diversos	-13	499	434
Manut e Rep de Maq e Equipos	-124	268	-95
SIUP	-124	-200	-465
Construção	-209	-1.683	-4.387
<b>Serviços</b>	<b>-310</b>	<b>5.139</b>	<b>21.329</b>
Comércio	-2.376	-6.499	4.140
Outros Serviços	2.066	11.638	17.189
<b>TOTAL DA ECONOMIA</b>	<b>-3.812</b>	<b>21.538</b>	<b>14.917</b>

Fonte: CAGED/Ministério da Economia.

### Geração de empregos formais – RS

(Saldo líquido em mil vagas – Acum. em 12 meses)



Fonte: CAGED/Ministério da Economia.

## Relatório do FMI aponta recuperação moderada em meio a risco fiscal

A economia brasileira deverá acelerar apenas em 2020, é o que aponta o relatório de avaliação econômica do Brasil, divulgado pelo FMI. O crescimento de 2,4% previsto para 2020 se sustenta em razão de um cenário base que contempla a aprovação da Nova Previdência, e a conseqüente retomada da confiança dos agentes e dos investimentos. Para 2019, no entanto, a expectativa é de uma expansão mais modesta de 0,8% por conta da incerteza gerada quanto a agenda de reformas e do risco fiscal, assim como o enfraquecimento da atividade durante o primeiro semestre.

A instituição destaca a necessidade da reforma da Previdência para a sustentabilidade fiscal. Segundo as estimativas, a economia com a Previdência pode chegar a 1/3 do esforço fiscal para cumprir o teto de despesas em 2024. Entretanto, a reforma não é condição suficiente para estabilizar a dívida pública, que deverá atingir o seu pico (96,4 em % ao PIB pelo conceito do FMI) em 2024.

Apesar deste cenário, as projeções consideram o comprometimento do Governo em consolidar a situação fiscal do País e, portanto, esperam uma melhora do resultado primário, que deverá se tornar superavitário a partir de 2023, estabilizando a dívida pública no ano seguinte. O FMI recomenda que o Brasil deveria perseguir regras fiscais mais flexíveis e consistentes com a sustentabilidade da dívida pública, tais como diminuição da rigidez orçamentária, já que

aproximadamente 90% dos gastos federais não podem ser reduzidos sem mudanças legais. Ademais, sugere que a privatização de estatais poderia gerar um recurso adicional de R\$ 320,3 bilhões para financiamento do *déficit*.

Em relação ao sistema financeiro, a organização destaca a boa situação dos indicadores de capitalização e liquidez do setor bancário, contribuindo para a diminuição do risco sistêmico no curto prazo. O FMI reconhece os esforços realizados para reduzir a intervenção no mercado de crédito, mas reforça que reformas são necessárias para estimular a participação do setor privado no setor.

Quanto à vulnerabilidade externa, o órgão aponta para a solidez da economia brasileira diante de choques externos. Embora observe uma deterioração na conta corrente ocasionado pela diminuição das exportações, tanto para a Argentina, mas também da desaceleração do comércio global, esse *déficit* tem sido consistentemente financiado por um fluxo estável do Investimento Estrangeiro Direto e não deve ser um problema para o País. Ademais, a posição das Reservas internacionais são mais do que o suficiente para fazer frente a eventuais problemas no Balanço de Pagamentos.

Em resumo, o diagnóstico feito pelo FMI aponta que as políticas econômicas adotadas estão na direção correta para o ajuste gradual da economia brasileira, mas os riscos fiscais ainda persistem no panorama.

## MP da Liberdade Econômica trará impactos positivos no longo prazo

A Medida Provisória 881/2018 – MP da Liberdade Econômica – é um entendimento do Governo quanto a necessidade de uma agenda de competitividade em âmbito regulatório.

A MP traz consigo dez declarações de direitos que, em resumo, fomentam a desburocratização e redução de barreiras à entrada de atividades de baixo risco, eliminação de restrição para o trabalho e negócios, determinação dos preços pelas leis de mercado, maior transparência e agilidade por parte da Administração pública, maior segurança jurídica, eliminação de normas obsoletas, incentivo à inovação, respeito aos contratos empresariais privados, maior agilidade para abertura de empresas e redução de custos através da digitalização de processos.

Essas medidas têm como objetivo reduzir os custos de transação decorrentes de falhas de mercado, produzindo uma melhoria no ambiente institucional. Há um consenso de que países com direitos de propriedade bem definidos experimentaram altas taxas de investimento por um longo período, justificando o diferencial de prosperidade econômica entre as nações. É nesse contexto que a MP atua como um instrumento institucional que simplifica e/ou reduz regras

arbitrárias, proporcionando um impacto direto sobre a produtividade do setor empresarial.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) divulgou uma Nota Informativa que avalia o impacto da MP sobre o emprego e a renda *per capita* do País ao considerar o desempenho de 150 países através dos indicadores de Liberdade econômica, Facilidade de iniciar um negócio, Corrupção, Restrição ao trabalho noturno e Qualidade regulatória. Sob a premissa de que os indicadores do Brasil convergirão para o nível médio dos países selecionados, as estimativas apontam um crescimento de 6,9% na renda de longo prazo, incremento de R\$ 2.260 ao PIB *per capita* brasileiro, que hoje é de R\$ 32.747. Ao mesmo tempo, o emprego deverá se expandir em 4%, resultando na abertura de 3,707 milhões de novos postos de trabalho.

Contudo, dentro de 30 dias a MP da Liberdade Econômica perderá a sua validade. A medida já foi aprovada em Comissão Mista em julho, mas é preciso que haja urgência na sua tramitação na Câmara e no Senado para consolidar esse avanço institucional. Trata-se de um dos primeiros passos para a melhora do ambiente de negócios.